

# Dossiê

## República Islâmica do Paquistão

INFORMAÇÕES

POR CDH

### O país

Localizada no sul da Ásia, a República Islâmica do Paquistão faz fronteira com a Índia a leste, Irão e Afeganistão a oeste e China ao norte, além de ser banhado pelo Mar Árabe. A sua área é de aproximadamente 796 mil km<sup>2</sup> e sua população é de cerca de 199 milhões de habitantes. O país agrega diferentes línguas e etnias, sendo a maior delas o punjabi, constituindo cerca de 45% da população e quase metade da população fala a língua. A região foi dominada pelos britânicos ainda no século XVIII, que dividiu a mesma em Índia e Paquistão mais tarde, em 1947. Não satisfeitos com a divisão territorial, os países entraram em conflito desde então, travando duas guerras (1947-48 e 1965) e uma terceira em 1971 que deu origem a Bangladesh. Mais tarde, questões de armamentos nucleares também intensificaram as relações entre os países. Apesar disso, atualmente, ambos buscam reconciliação. O Paquistão faz parte de Organizações Internacionais como Banco Mundial, Comunidade Britânica, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas (ONU), na qual é membro desde 1971.

### Demografia Religiosa

Segundo estimativas de 2014, a demografia religiosa do Paquistão é majoritariamente muçumana, chegando à marca de 97%, sendo que dessa porcentagem, cerca de 77% são sunitas e 20% xiitas. Outras religiões fazem parte dos 3% restantes, sendo algumas delas o Hinduísmo, Cristianismo, Baháismo e Budismo. A região sempre foi disputada entre muçumanos e hindus, desde o século VIII, quando o Islã penetrou a Índia a partir da região noroeste. Ao mesmo tempo que os hindus se fortaleciam e ganhavam espaço, os muçumanos amadureciam o sentimento de construir um Estado próprio também. É por esse motivo que o país é majoritariamente composto por muçumanos e a Índia por hindus.

### Os Direitos Humanos e a liberdade religiosa

A constituição paquistanesa estabelece o Islamismo como sendo a religião de Estado, e solicita a consistência das leis segundo a mesma. Segundo o documento, "sujeitos à lei, ordem pública, e moral, todo cidadão deve ter o direito de professar, praticar, e propagar a sua religião". Em geral, o governo falha em investigar, prender ou processar aqueles que discriminam com base religiosa e geram intolerância e por atos de violência baseados na religião. Com legislações discriminatórias, tais como leis de blasfêmias, minorias religiosas são levadas ao medo de professarem a sua fé de maneira livre. A intolerância social persiste, assim como ações extremistas violentas por parte de alguns muçumanos que interpretam o Islamismo de forma mais autoritária, ameaçando aqueles que não seguem as suas interpretações em algumas partes do país. A expectativa é de que, com a oportunidade dada ao país em participar do Conselho de Direitos Humanos (CDH), o mesmo se mostre aberto ao diálogo que favoreça o direito universal de liberdade religiosa em seu território.

